



**EDIÇÃO ESPECIAL**  
Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do  
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

# SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 30 de novembro de 2021 \* nº ESPECIAL \* Pág. 001/004

## ATOS DO PREFEITO

Decreto n.º 9.870/2021, de 30 de novembro de 2021.

### ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À EPIDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 (SARS- COV 2) NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 60, incisos V e XXII, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis e, ainda,

**Considerando** o estado de calamidade pública reconhecido no Decreto Municipal n.º 9.755, de 01 de julho de 2021, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID19), bem como o Decreto Estadual n.º 41.209, de 28 de abril de 2021, no mesmo sentido;

**Considerando** que a Organização Mundial de Saúde classificou a doença (novo coronavírus) como pandemia, desde 11 de março de 2020;

**Considerando** o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e suas alterações, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

**Considerando** a avaliação do cenário epidemiológico do Município de João Pessoa em relação à infecção pelo coronavírus (COVID-19), especialmente diante da detecção no Estado da Paraíba de novas "cepas" do vírus com maior poder de contágio e propagação, o que reforça ainda mais a necessidade de toda população utilizar máscaras, manter o distanciamento social e higienizar as mãos;

**Considerado** ser a vida do cidadão o maior bem, além de ser o direito fundamental da mais alta expressão constitucional, sendo obrigação do Poder Público, em situações excepcionais, agir com seu poder de polícia para a proteção desse importante direito, adotando todas as ações necessárias, por mais que, para tanto, restrições a outros direitos se imponham;

**Considerando** os intensos esforços no combate à pandemia da COVID-19 e a importante progressão da cobertura vacinal, que permitirá que esta nova união de esforços representada pelas medidas de proteção sanitária presentes neste decreto para possibilitar algumas flexibilizações para que se atenuem os efeitos socioeconômicos e culturais da pandemia.

### DECRETA:

**Art. 1.º.** No período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, os bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência e estabelecimentos similares somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 00:00 horas, com ocupação de 70% (setenta por cento) da capacidade do local, mantendo-se entre as mesas distanciamento de, no mínimo, 1,0m, sendo obrigatória a colocação de álcool em gel em cada uma delas, devendo esses estabelecimentos, sempre que possível, prestigiar as áreas livres e abertas, ficando vedada, antes e depois do horário estabelecido, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes (takeaway).

§ 1.º. O horário de funcionamento estabelecido no "caput" deste artigo não se aplica a restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres que funcionem no interior de hotéis, pousadas e similares, desde que os serviços sejam prestados exclusivamente aos hóspedes com a devida comprovação dessa condição.

§ 2.º. O horário de funcionamento estabelecido no "caput" deste artigo não se aplica a restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres que funcionem no interior de rodoviárias e postos de combustíveis, sendo vedada a comercialização de bebidas alcoólicas após 00:00 horas.

§ 3.º. Será tolerada a permanência de clientes nos bares, restaurantes e lanchonetes até às 01:00h, para consumo exclusivo dos alimentos adquiridos no local até às 00:00h, ficando o estabelecimento sujeito à interdição pelo período de 15 (quinze) dias caso seja flagrado com clientes no local após às 01:00h, ou vendendo bebidas alcoólicas após às 00:00h.

§ 4.º. Fica vedado o uso de narguilés nos espaços indicados no caput deste artigo.

§ 5.º. Fica autorizado nos bares, restaurantes e similares, a realização de apresentação musical com a presença de até 06 (seis) músicos no palco, que deverão obedecer aos protocolos específicos do setor.

**Art. 2.º.** No período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, fica estabelecido que a realização de missas, cultos e quaisquer cerimônias religiosas presenciais poderão ocorrer com ocupação de 70% (setenta por cento) da capacidade do local, distanciamento mínimo de 1,0 metro entre os fiéis, bem como uso obrigatório de máscaras faciais e disponibilização de álcool 70%.

**Art. 3.º.** No período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, os estabelecimentos do setor de serviços e o comércio poderão funcionar sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

§ 1.º. Os bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, que estejam instalados no interior de shoppings centers e centros comerciais, somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências até 22:00 horas, com ocupação de 70% da capacidade do local, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes (takeaway).

§ 2.º. Os shoppings centers e centros comerciais poderão funcionar das 10:00 horas até 22:00 horas, com exceção dos shoppings centers e centros comerciais situados no Centro da Cidade, que poderão funcionar das 09:00 horas até 21:00 horas.

§ 3.º. As praças de alimentação dos shoppings centers e centros comerciais somente poderão funcionar com 70% (setenta por cento) da capacidade, cabendo à administração do estabelecimento assegurar o cumprimento do protocolo estabelecido para o setor.

§ 4.º. As Feiras livres somente poderão funcionar das 05:00 às 16:00 horas, devendo ser observadas as boas práticas de operação padronizadas pela Legislação Municipal e ainda um maior distanciamento entre as bancas e ampliação dos corredores de circulação de pessoas.

**Art. 4.º.** No período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, a construção civil somente poderá funcionar das 07:00 horas até 17:00 horas, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

**Art. 5.º.** Poderão funcionar também, em seu horário habitual, no período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária, as seguintes atividades:

I - Salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e sem aglomeração de pessoas nas suas dependências, observando todas as normas de distanciamento social;

II - Academias, que deverão funcionar com até 70% (setenta por cento) de sua capacidade e observar todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor;

III - Escolinhas de esporte, que deverão observar os protocolos sanitários estabelecidos pela Vigilância Sanitária Municipal;

IV - instalações de acolhimento de crianças, como creches e similares;

V - hotéis, pousadas e similares;

VI - call centers, observadas as disposições constantes no decreto 40.141, de 26 de março de 2020;

VII - indústria.

**Art. 6.º.** Ficam as escolas da rede pública municipal autorizadas a funcionar, de forma remota, híbrida (remota e presencial) ou presencial, com distanciamento mínimo de 1,0 metro entre alunos e também entre professores e funcionários, bem como uso de máscaras por alunos, professores e demais funcionários, disponibilização de álcool 70% e aferição da temperatura corporal, no momento do acesso às unidades educacionais.

§ 1.º. A Secretaria de Educação e Cultura do Município divulgará o cronograma de retomada gradual das aulas presenciais na rede municipal de acordo com os níveis e modalidades de ensino.

§ 2.º. No período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, as instituições privadas de ensino infantil, fundamental, médio, superior e cursos livres estarão autorizadas a funcionar, de forma remota, híbrida (remota e presencial) ou presencial, com distanciamento mínimo de 1,0 metro entre alunos e também professores e funcionários, bem como uso de máscaras por alunos, professores e demais funcionários, disponibilização de álcool 70% e aferição da temperatura corporal, no momento do acesso às unidades educacionais.

§ 3.º. As aulas práticas para os alunos dos cursos superiores poderão ser realizadas presencialmente, observando todas as normas de distanciamento social, o uso de máscaras e a higienização das mãos.

§ 4.º. As escolas e instituições privadas dos ensinos infantil, fundamental, médio e cursos livres poderão realizar atividades presenciais para os alunos com transtorno do espectro autista- TEA e pessoas com deficiência.

§ 5.º. As instituições de ensino deverão continuar mantendo aulas remotas para seus alunos que não optarem pela forma presencial ou híbrida.

**Art. 7.º.** As instituições de ensino autorizadas a funcionar de forma presencial deverão seguir protocolo de afastamento de professores, funcionários e alunos que apresentem sintomas, bem como das pessoas com quem tiveram contato, evitando a transmissão do coronavírus.

**Art. 8º.** Os ambientes de cabines de estudos e o serviço de transporte escolar continuam autorizados a funcionar, respeitando as seguintes regras: utilização de máscara, distanciamento, higienização após cada uso, disponibilização de álcool 70% e aferição da temperatura corporal, no momento do acesso às unidades.

**Art. 9.** Portaria da Vigilância Sanitária Municipal fixará limite de pessoas para os estabelecimentos autorizados a funcionar, adotando critérios objetivos, tais como: ramo de atividade, características físicas do estabelecimento, grau de contato entre as pessoas, entre outros.

**Art. 10.** Fica proibida a aglomeração de pessoas nas praças, parques, praias e nas calçadas situadas em toda orla do município de João Pessoa.

**§ 1º.** Nos locais referidos no *caput* fica permitida a prática de atividades físicas e também a utilização de barracas, cadeiras, mesas, guarda-sóis e serviços de praia, desde que observado o distanciamento mínimo de 2 metros, além de outros protocolos emanados da Gerência de Vigilância Sanitária do Município.

**§ 2º.** No dia 31 de dezembro de 2021, na noite de réveillon, será proibida a instalação de tendas e/ou outros objetos na praia que estimulem a aglomeração de pessoas, além também de ser vedada a atividades de ambulantes na faixa de areia das praias de João Pessoa/PB.

**Art. 11.** No período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, fica autorizada a realização de eventos sociais ou corporativos, de forma presencial no Município de João Pessoa, tais como congressos, seminários, encontros científicos, casamentos, formaturas ou assembléias, além do funcionamento de circos, cinemas e teatros, com o limite de até 50% (cinquenta por cento) da capacidade, bem como uso obrigatório de máscaras, disponibilização de álcool 70% e aferição da temperatura corporal na entrada, além de outros protocolos emanados da Gerência de Vigilância Sanitária do Município.

**Art. 12.** Fica autorizada a realização das provas dos concursos públicos que já estavam marcados para acontecer durante o período de vigência deste decreto, além da realização de solenidade presencial de posse de candidatos aprovados em concursos, sem aglomeração de pessoas e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos sanitários.

**Art. 13.** Fica autorizado o retorno de público aos estádios de futebol e ginásios esportivos, com limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local, distanciamento mínimo de 1,0m entre o público presente, uso obrigatório de máscaras faciais, disponibilização de álcool 70%, aferição da temperatura corporal na entrada, exigência de apresentação de cartão de vacinação com, no mínimo, a comprovação da primeira dose da vacina, há pelo menos 14 dias, e apresentação de teste de antígeno negativo para COVID-19 realizado em até 72 horas antes do evento, sendo dispensada a apresentação do exame para as pessoas que já se encontrarem com o esquema vacinal completo (duas doses), proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas no local, além de outros protocolos emanados da Gerência de Vigilância Sanitária do Município.

**Art. 14.** Fica permitida a realização de shows no Município de João Pessoa, com o uso obrigatório de máscaras faciais, disponibilização de álcool 70%, aferição da temperatura corporal na entrada, exigência de apresentação de cartão de vacinação com, no mínimo, a comprovação da primeira dose da vacina, há pelo menos 14 dias, e apresentação de teste de antígeno negativo para COVID-19 realizado em até 72 horas antes do evento, sendo dispensada a apresentação do exame para as pessoas que já se encontrarem com o esquema vacinal completo (duas doses), devendo, quanto à limitação de público, ser observado o seguinte cronograma:

I – De 01 de dezembro de 2021 a 10 de dezembro de 2021, ocupação de 50% da capacidade do local;

II - De 11 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2021, ocupação de 80% da capacidade do local;

III- A partir de 21 de dezembro de 2021, ocupação de 100% da capacidade do local.

**§ 1º.** Esse cronograma poderá ser posteriormente reavaliado, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

**§ 2º.** Será obrigatória a comunicação prévia de cada show à Gerência de Vigilância Sanitária do Município, no prazo de até 72 horas antes da sua realização, para que sejam expedidos os protocolos a serem observados e que seja programada a fiscalização do evento.

**Art. 15.** É obrigatória a aferição de temperatura na entrada dos estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste Decreto, bem como a colocação de *dispensers* de álcool 70% em locais estratégicos, para que os frequentadores possam realizar a higienização constante.

**Art. 16.** Permanece obrigatório, em todo território do Município de João Pessoa/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas deste município.

**§ 1º.** O uso de máscara previsto no *caput* é compulsório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiro, com exceção do previsto no art. 11 deste decreto.

**§ 2º.** Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

**§ 3º.** A disposição constante no *caput* deste artigo não se aplica às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, deficiência intelectual, deficiências sensoriais ou outras deficiências que as impeçam de usar uma máscara facial adequadamente, conforme declaração médica.

**Art. 17.** Portarias do Secretário de Saúde e da Vigilância Sanitária Municipal poderão estabelecer normas complementares específicas, necessárias ao implemento das medidas estabelecidas neste Decreto.

**Art. 18.** A inobservância do disposto neste Decreto sujeita o infrator à multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e interdição do estabelecimento por até 07 (sete) dias.

**§ 1º.** Em caso de reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

**§ 2º.** Todos os órgãos municipais responsáveis pela fiscalização poderão autuar e aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

**§ 3º.** A reincidência no descumprimento das regras previstas neste Decreto acarretará a cassação do alvará do estabelecimento infrator.

**§ 4º.** O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do art. 268, do Código Penal, que prevê como crime contra a saúde pública o ato de infringir determinação do Poder Público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa.

**§ 5º.** Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no *caput* serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

**Art. 19.** Todo aquele que for surpreendido pelos órgãos de segurança pública infringindo as determinações sanitárias deste Decreto estarão em estado de flagrância quanto ao crime descrito no art. 268 do Código Penal, devendo ser conduzido à autoridade policial, para os fins do art. 69 e seguintes da Lei n.º 9.099/95.

**Parágrafo Único.** Sem prejuízo das penalidades administrativas, os órgãos de fiscalização, quando detectarem violações às determinações deste decreto, deverão informar as autoridades de segurança pública, para a tomada das providências do *caput*.

**Art. 20.** Este Decreto terá vigência temporária (excepcional) para o período compreendido entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 e as medidas nele previstas podem ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

**Art. 21.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

  
CÍCERO DE LUCENA FILHO  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cícero de Lucena Filho

Secretaria da Receita: Sebastião Feitosa Alves

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto

Sec. de Gestão Governamental: Márcio Diego F. Tavares

Sec. de Trabalho, Produção e Renda: Vaulene de Lima Rodrigues

Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: Kaio Márcio Ferreira Costa

Secretaria de Saúde: Fábio Antônio da Rocha Sousa

Secretaria de Turismo: Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: Ivonete Porfirio Martins

Secretaria de Planejamento: José William Montenegro Leal

Sec. de Desenvolvimento Urbano: Antônio Fábio Soares Carneiro

Secretaria de Finanças: Bruno Sítio Fialho de Oliveira

Sec. da Ciência e Tecnologia: Margarete de Fátima Formiga M. Diniz

Secretaria de Desenv. Social: Felipe Matos Leitão

Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira

Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: João Almeida Carvalho Júnior

Secretaria de Comunicação: Marcos Vinícius Sales Nóbrega

Secretaria da Defesa Civil: Kelson de Assis Chaves

Controlad. Geral do Município: Eudes Moaci Toscano Júnior

Supriner. de Mobilidade Urbana: George Ventura Moraes

Secretaria de Direitos Humanos: João Carvalho da C. Sobrinho

Autarq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto A. da Nóbrega

Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Agra

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Rougier Xavier G.

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

# SEMÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão  
Designer Gráfico - Emilson Cardoso e Tayame Uyara

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental e  
Articulação Política - Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766  
semanariojp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal n° 617, de 21 de agosto de 1964  
Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopeessoa.pb.gov.br

## EXTRATO

EXTRATO Nº 458/2021  
PROCESSO Nº 22.997/2021  
CHAVE CGM: GS0Y-FMKJ-UXDF-8SBK

A Secretária Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF I)**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.039/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.303.5018.462042 – AF – FARMÁCIA BÁSICA – MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

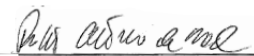
-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.748/2021	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	R\$ 317.260,00 (trezentos e dezessete mil duzentos e sessenta reais)	26 de outubro de 2021

\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

  
FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº 553/2021  
PROCESSO Nº 25.128/2021  
CHAVE CGM: EW23-825X-OI62-H0FV

A Secretária Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMBATE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF) - III**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº.10.056/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-13.301.10.122.5005.464511 – COVID – MANTER E IMPLEMENTAR AÇÕES RELACIONADAS AO COMBATE AO COVID-19;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-13.301.10.302.5005.464499 – MAC – AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.303.5018.462042 - AF - FARMACIA BASICA - MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA

- Fonte de Recursos: 1211 - ORDINÁRIOS;
- Fonte de Recursos: 1214 - SUS;
- Fonte de Recursos: 1213 – TRANSF. DE REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.301.5005.464497 – AB – PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE – MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS -1211- ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-ELEMENTO DESPESA: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.804/2021	MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI - ME	R\$ 73.198,00 (setenta e três mil, cento e noventa e oito reais)	29 de novembro de 2021

  
FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº 554/2021  
PROCESSO Nº 25.129/2021  
CHAVE CGM: EW23-825X-OI62-H0FV

A Secretária Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMBATE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF) - III**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº.10.056/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-13.301.10.122.5005.464511 – COVID – MANTER E IMPLEMENTAR AÇÕES RELACIONADAS AO COMBATE AO COVID-19;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-13.301.10.302.5005.464499 – MAC – AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.303.5018.462042 - AF - FARMACIA BASICA - MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA

- FONTE DE RECURSOS: 1211 - ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 - SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. DE REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-13.301.10.301.5005.464497 – AB – PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE – MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS -1211- ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-Elemento Despesa: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.805/2021	RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 25.542,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e dois reais)	30 de novembro de 2021

  
FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.257/2021 À 10.259/2021

Processo Licitatório nº 04.541/2021

Pregão Eletrônico nº 10.043/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS MICROBIOLÓGICOS, NA REDE LABORATORIAL MUNICIPAL, COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-LACEN/JP.

O Secretário de Saúde do Município de João Pessoa de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 10.043/2021, devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Federal nº 7.892/2013, e do Decreto Municipal nº 7.884/2013 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇO do objeto do presente Pregão:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.257/2021

Empresa: DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
CNPJ: 01.490.595/0001-73

GRUPO I	Quant.	Cálcul	Und.	Descrição	Marcas/Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
01	4.000	354345	FRASCO	FRASCOS PARA HEMOCULTURA ADULTO: MEO DE CULTURA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: AEROBIOSE; COMPONENTES ADICIONAIS: COM INIBIDOR DE ANTIBIÓTICO, APLICAÇÃO: PARA HEMOCULTURA ADULTO, COM INDICADOR DE CRESCIMENTO, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO QUE PERMITA O MONITORAMENTO E ALERTA DE CRESCIMENTO MICROBIOLÓGICO.	BECTON DICKINSON	40,50	162.000,00
02	2000	354346	FRASCO	FRASCOS PARA HEMOCULTURA PEDIÁTRICO: MEO DE CULTURA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: AEROBIOSE; COMPONENTES ADICIONAIS: COM INIBIDOR DE ANTIBIÓTICO, APLICAÇÃO: PARA HEMOCULTURA ADULTO, COM INDICADOR DE CRESCIMENTO, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO.	BECTON DICKINSON	25,55	51.100,00
Valor Total							R\$ 213.100,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.258/2021

EMPRESA: ADEB LINE - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA  
CNPJ: 04.624.285/0001-92

GRUPO II	Quant.	Cálcul	Und.	Descrição	Marcas/Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
03	3000	334364	TESTE/ PAINEL/ CARTÃO	TESTE/PAINEL/CARTÃO PARA IDENTIFICAÇÃO RÁPIDA IN VITRO E A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DA SENSIBILIDADE AOS ANTIMICROBIANOS POR CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM)	BECKMAN COULTER	63,90	191.670,00

				DE BACTÉRIAS GRAM NEGATIVAS AERÓBIAS E ANAERÓBIAS DA FAMÍLIA ENTEROBACTERIACEAE E NÃO-ENTEROBACTERIACEAE				
04	1500	334363	TESTE/PAINEL/CARTÃO	TESTE/PAINEL/CARTÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO RÁPIDA INVITRO DE BACTÉRIAS GRAM-POSITIVAS E DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DA SENSIBILIDADE AOS ANTIMICROBIANOS POR CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM), A PARTIR DE CULTURAS PURAS, DOS GÊNEROS STAPHYLOCOCCUS, ENTEROCOCCUS, OUTROS COCOS GRAM-POSITIVOS E BACILOS GRAM-POSITIVOS STAPHYLOCOCCUS E ENTEROCOCCUS.	BECKMAN COULTER	63,90	95.850,00	
05	300	353801	TESTE/PAINEL/CARTÃO	TESTE/PAINEL/CARTÃO PARA A IDENTIFICAÇÃO RÁPIDA INVITRO A PARTIR DE CULTURAS PURAS DE FUNGOS LEVEDURIFORMES.	BECKMAN COULTER	61,00	18.300,00	
<b>Valor Total</b>							<b>RS 305.820,00</b>	

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.259/2021**  
 Empresa: DIMALAB ELETRONICS NO BRASIL EIRELI-EPP  
 CNPJ: 02.472.743/0001-90

GRUPO IV	Quant.	Catmat	Und.	Descrição	Marca/Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
14	1200	356903	UND	DISCOS ANTILOGRAMA (MIN. 12 DISCOS), EM SUPORTE (POLIDISCO), OU SIMILAR, PARA UTILIZAÇÃO EM PLACAS 140X15 MM DESTINADA A ANÁLISE DE MICROORGANISMOS DE AMOSTRAS URINÁRIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO BRCAST.	DME	109,67	131.604,00
15	600	424705	UND	DISCOS ANTILOGRAMA (MIN. 12 DISCOS), EM SUPORTE (POLIDISCO), OU SIMILAR, PARA UTILIZAÇÃO EM PLACAS 140X15 MM DESTINADA A ANÁLISE DE MICROORGANISMOS GRAM NEGATIVOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO BRCAST.	DME	114,75	68.850,00
16	600	424704	UND	DISCOS ANTILOGRAMA (MIN. 12 DISCOS), EM SUPORTE (POLIDISCO), OU SIMILAR, PARA UTILIZAÇÃO EM PLACAS 140X15 MM DESTINADA A ANÁLISE DE MICROORGANISMOS GRAM POSITIVOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO BRCAST.	DME	119,79	71.874,00
17	12	327534	CAIXA	CORANTE, TIPO: CONJUNTO REAGENTE PARA COLORAÇÃO DE GRAM, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCOS SEPARADOS, CONTEUDO, COMPOSIÇÃO: CRISTAL VIOLETA, LUGOL, ETANOL-ACETONA, FUCSINA BÁSICA	RENYLAB	52,08	624,96
18	12	353661	CAIXA	CORANTE, TIPO: CONJUNTO COLORAÇÃO ZIEHL-NEESEN, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: ALCOOL-ÁCIDO, FUCSINA FENICADA E AZUL DE METILENO	RENYLAB	40,78	489,36
19	6	345268	UND	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 6, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: IDENTIFICAÇÃO DE ENTEROCÓCOS E ESTREPTÓCOCOS, MÉTODO: HIDRÓLISE DO L-FIRROLIDONIL-BETA-NAFTILAMIDA (PYR), APRESENTAÇÃO: TESTE	PROBAC	62,00	372,00
20	6	352088	FRASCO	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 7, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO DE OXIDASE BACTERIANA, APRESENTAÇÃO: TIRA	LABORCLIN	20,50	123,00
21	240	438402	TESTE	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 2, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO BACTÉRIAS PRODUTORAS DE CARBAPENEMASE, MÉTODO: COLORIMÉTRICO, APRESENTAÇÃO: TESTE	CECON	107,91	25.898,40
22	6	339706	FRASCO	ANTILOGRAMA, PRINCÍPIO ATIVO: NOVOBIOCINA, DOSAGEM: 5 MCG	CECON	11,55	69,30
23	6	340898	FRASCO	ANTILOGRAMA, PRINCÍPIO ATIVO: OFTOQUINA, DOSAGEM: 5 MCG	CECON	13,21	79,26
24	12	396258	FRASCO	ANTILOGRAMA, PRINCÍPIO ATIVO: CEFEPIME, COM CONCENTRAÇÃO COMPATIVEL COM A METODOLOGIA BRCAST	CECON	8,51	102,12
25	12	396257	FRASCO	ANTILOGRAMA, PRINCÍPIO ATIVO: CEFIXITINA, COM CONCENTRAÇÃO COMPATIVEL COM A METODOLOGIA BRCAST	CECON	10,99	131,88
26	180	455490	PAINEL	SISTEMA DE MICRODILUIÇÃO DESTINADO À DETERMINAÇÃO DA	PROBAC	18,75	3.375,00

				CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM) DE POLIMIXINA B PARA BACILOS GRAM NEGATIVOS MULTIRRESISTENTES				
27	20	339778	FRASCO	SISTEMA DE MICRODILUIÇÃO DESTINADO À DETERMINAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM) DE POLIMIXINA B PARA BACILOS GRAM NEGATIVOS MULTIRRESISTENTES	CECON	9,55	191,00	
28	20	340911	FRASCO	ANTILOGRAMA, PRINCÍPIO ATIVO: MEROPENEM, COM CONCENTRAÇÃO COMPATIVEL COM A METODOLOGIA BRCAST	CECON	11,03	220,60	
29	20	340895	FRASCO	ANTILOGRAMA, PRINCÍPIO ATIVO: IMPENEM, COM CONCENTRAÇÃO COMPATIVEL COM A METODOLOGIA BRCAST	CECON	12,70	254,00	
30	100	446363	TESTE	TESTE PARA DETECÇÃO DE CARBAPENEMASES (NDM, KPC, OXA) POR IMUNOCROMATOGRAFIA EM CULTURAS DE BACTÉRIAS.	NG-CARBA	65,00	6.500,00	
31	6	408316	FRASCO	DISCO DE ANTIOTIOTICOGENTAMICINA HIGH LEVEL, 30MCG, PARA ANTILOGRAMA EM PAPEL ABSORVENTE COM 6,35 MM DE DIÂMETRO, IMPREGNADO COM GENTAMICINA NA CONCENTRAÇÃO DE 30 MCG, COM ESPESURA UNIFORME, COM GRAVAÇÃO INDIVIDUAL, CONTEUDO ACORDIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO.	CECON	13,31	79,86	
<b>Valor Total</b>							<b>RS 310.838,68</b>	

Perfazendo o valor global de R\$ 830.358,68 (oitocentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos, classificadas pelo critério de menor preço por grupo.

João Pessoa, 30 de novembro de 2021.

FÁBIO ANTÔNIO DA ROCHA SOUZA  
 Secretário de Saúde

**SE SAIR, USE MÁSCARA**

O CUIDADO É PESSOAL, MAS OS BENEFÍCIOS SÃO COLETIVOS.

JOÃO PESSOA PREFEITURA  
 cidade que cuida

JOÃO PESSOA CONTRA O CORONAVÍRUS

**OUVIDORIA GERAL**

LIGUE **162**

83 98841-9383